

O RIO TIETÊ À ESPERA DE UMA TRANSIÇÃO SOCIOECOLÓGICA, IMAGÉTICA E IDENTITÁRIA

Maurício Del Nero Oliveira

Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, São Paulo, Brasil¹

maudno@gmail.com

RESUMO: Há anos o Tietê é considerado um rio morto pelos paulistanos. Em épocas de chuvas, além da imagem de esgoto a céu aberto, ele é lembrado pelo transtorno causado ao longo de décadas pelas enchentes que paravam o trânsito de suas marginais. Em tempos de discussão sobre ações de combate à mudança climática, urge a necessidade da elaboração de planos, projetos ou políticas públicas que visem não só recuperar a saúde do rio e mitigar os efeitos de possíveis transbordamentos, mas principalmente de devolver à cidade e aos cidadãos uma relação direta com as águas que atravessam a cidade de São Paulo. Para tanto, faz-se uma varredura nas legislações vigentes e relativas às questões urbanísticas e ambientes na tentativa de se verificar soluções pretendidas em busca de mitigar os efeitos da mudança climática e aproximar o rio aos cidadãos paulistanos. Por fim, este artigo ainda realiza uma reflexão sobre a importância de se pensar uma transição socioecológica, imagética e identitária para o rio Tietê, concluindo sobre a necessidade de se fazer do rio um elemento estruturador da relação de pertencimento da população paulista com a cidade de São Paulo.

Palavras-chave: Transição Socioecológica; Imagem; Identidade; Legislação Urbanística, Soluções baseadas na Natureza.

The Tietê River awaits a socio-ecological, imagetive and identity transition

ABSTRACT: For years, the Tietê has been considered a dead river by the people of São Paulo. In the rainy season, in addition to the image of an open sewer, it is remembered for the disruption caused over the decades by floods that stopped traffic on its banks. At a time when there is a debate about actions to combat climate change, there is an urgent need to develop plans, projects or public policies that aim not only to restore the health of the river and mitigate the effects of possible overflows, but mainly to restore the city and its citizens a direct connection with the waters that flow through the city of São Paulo. To this end, a review of current legislation and related urban and environmental issues is being carried out in an attempt to identify solutions intended to mitigate the effects of climate change and bring the river closer to the citizens of São Paulo. Finally, this article also reflects on the importance of thinking about a socio-ecological, imagetive and identity transition for the Tietê River, concluding on the need to make the river a structuring element of the relationship of belonging of the population of São Paulo with the city of São Paulo.

Keywords: Socioecological Transition; Image; Identity; Urban Legislation, Nature-based Solutions.

La rivière Tietê attend une transition socio-écologique, imagée et identitaire

RÉSUMÉ: Pendant des années, le Tietê a été considéré comme une rivière morte par les habitants de São Paulo. Durant les saisons des pluies, outre l'image d'égout à ciel ouvert, on se souvient de lui pour les perturbations causées pendant des décennies par les inondations qui arrêtaient la circulation sur ses rives. À l'heure des discussions sur les mesures à prendre pour lutter contre le changement climatique, il est urgent d'élaborer des plans, des projets ou des politiques publiques qui visent non seulement à restaurer la santé du fleuve et à atténuer les effets d'éventuels débordements, mais surtout à redonner à la ville et ses citoyens une relation directe avec les eaux qui traversent la ville de São Paulo. À cette fin, une analyse de la législation en vigueur relative aux questions urbaines et environnementales est réalisée afin de vérifier les solutions envisagées pour atténuer les effets du changement climatique et rapprocher le fleuve des citoyens de São Paulo. Enfin, cet article réfléchit également sur l'importance de penser une transition socio-écologique, imagée et identitaire pour le fleuve Tietê, concluant sur la

¹ Endereço para correspondência: Rua Dona Veridiana, 547, Higienópolis, CEP: 01238-010, São Paulo, São Paulo, Brasil.

nécessité de faire du fleuve un élément structurant de la relation d'appartenance de la population de São Paulo avec la ville de São Paulo.

Mots-clés: Transition socioécologique; Image; Identité; Législation urbaine, solutions basées sur la nature.

INTRODUÇÃO

“Muitas cidades têm seu rio; mas o Sena é único e é parte essencial daquilo que distingue Paris de Berlim, que conta com o Spree.”
Deyan Sudjic²

E nem um outro rio é igual ao Tietê. Ao nascer em Salesópolis e desaguar no Rio Paraná, na divisa entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, o rio Tietê, que em tupi significa “rio verdadeiro” (ty-rio; etê-verdadeiro) (GORSKI, 2008), já não pode mais ser considerado tão verdadeiro, principalmente em seu trecho urbano na capital paulista, uma vez que décadas de intervenção o descaracterizaram por completo. Entre barragens, represas, canalizações, retificações, períodos de intensa poluição industrial e recebimento de esgotos domésticos, o curso d’água mais famoso do estado de São Paulo é um peixe fora d’água agonizando em sua passagem pela maior cidade do país.

O contexto histórico do rio ao longo dos intensos anos de urbanização da cidade de São Paulo aponta justificativas para seu estado atual de deterioração. Alguns anos atrás, o rio esteve pior, e as grandes e caras obras de infraestrutura minimizaram os alagamentos para além das suas margens nos períodos chuvosos da atualidade. Apesar de se tratar de intervenções que trouxeram benefícios para a cidade e os cidadãos, vale destacar que foram ações que não levaram em conta o que este estudo tem por pano de fundo discutir: a relação do rio Tietê com a cidade e com a população paulistana.

Encarado por todos que o cruzam diariamente, seja pelas vias marginais ao seu leito ou por pontes sobre suas águas, como obstáculo de transposição na cidade e esgoto a céu aberto, o rio, que outrora era espaço de lazer e esportes náuticos, hoje não permite acesso de pedestres às suas margens. Visto apenas das janelas dos veículos, o Tietê aguarda ser lembrado não pelas suas enchentes, mas pela possibilidade de ser elemento que garanta o sentimento de pertencimento da população à cidade de São Paulo.

Se é do consenso popular que “praia de paulista são os shoppings”, inicia-se aqui uma reflexão, e porque não um movimento, de que local de lazer público e democrático na cidade de São Paulo deveria ser aquele ao longo de seus importantes rios, sejam nas suas margens ou na utilização de suas águas. Rios como o Pinheiros, o Tamanduateí, o Aricanduva, entre outros podem entrar nesta lista, entretanto, para a presente reflexão o foco é o rio Tietê.

Para tanto, não se pretende propor nenhum projeto ou apontar obviedades para o rio por dois motivos. O primeiro é que para a elaboração de propostas concretas para um rio com enormes desafios em seu trecho urbano é necessário realizar uma etapa prévia ao início de qualquer projeto, sendo esta a de refletir e incitar a temática sobre o assunto, ação que este artigo se propõe como simples contribuição. O segundo ponto se dá pela complexidade da temática, pois uma recuperação da relação do rio Tietê com a cidade de São Paulo e seus habitantes é matéria a ser discutida por equipe multidisciplinar. Não bastam simples propostas pontuais para o rio, se deve colocar em questão uma visão holística e estruturada com base, não somente em impactos ambientais, mas em infraestrutura urbana, econômica e social.

A proposta contida neste estudo é a de fazer uma reflexão sobre a imagem, a identidade e possíveis caminhos de reconstrução da relação de pertencimento do ser humano e do rio, de reconstrução da qualidade do recurso hídrico em discussão, além de uma breve revisão bibliográfica sobre a legislação vigente, em especial àquela ligada ao planejamento urbano e

² Extraído do Livro “A linguagem das cidades”, do escritor britânico especializado na área da arquitetura e urbanismo Deyan Sudjic. p.09. Osasco, SP: Gustavo Gili, 2019.

ambiental, no que tange ações para o Tietê, além de tecer algumas considerações sobre uma possível transição socioecológica e imagética na tentativa de recuperar “elos que liguem as comunidades, o território e as paisagens percebidas e vividas” (SARAIVA et al, 2017).

Cabe mencionar que o recorte do rio, na presente análise, é o seu trecho urbano, em específico desde o Jardim Pantanal, nome que já revela a predisposição do local para sofrer com as cheias durante o período das chuvas, passando pelo respiro do Parque Ecológico até o complexo viário do Cebolão, em seu encontro com o rio Pinheiros.

A dinâmica da revisão bibliográfica utilizada e da busca textual da palavra Tietê (fazendo sempre referência ao rio e não à cidade Tietê, localizada no interior do Estado de São Paulo), em especial na legislação vigente para o estado e o município de São Paulo, constituem a metodologia de identificação rápida da possível existência de planos, programas ou projetos focados em melhorias estruturais e culturais para o rio Tietê.

Contexto histórico e levantamento do Rio Tietê

O rio Tietê nem sempre foi encarado pela população somente como obstáculo de transposição na cidade de São Paulo. Antigamente, ele era utilizado para banho e atividades náuticas, em uma relação direta da população com suas águas. Interessa no momento, não fazer um longo retrospecto temporal do rio e sua importância como via de deslocamentos dos indígenas e dos bandeirantes rumo ao interior do Brasil, mas entender a situação de transformação do rio a partir da urbanização da cidade de São Paulo.

“A várzea do Tietê começou a ser drenada e urbanizada a partir de 1920. Na década de 1930, deu-se início às obras de retificação do leito do rio e foi incorporada à proposta do sistema viário marginal ao rio, prevista no Plano de Avenidas de Prestes Maia.” (GORSKI, 2008. p.46). Na década de 1940, o americano Robert Moses, contratado pelo prefeito Linneu Prestes,

identifica o impacto da rede de rodovias estaduais que tinham São Paulo como centro regional. Sugere que as avenidas marginais ao Tietê e Pinheiros, já concebidas esquematicamente no plano de Maia, recebessem o tráfego das rodovias, concebendo a função que ainda cumprem hoje.” (ANELLI, 2007).

A concretização das marginais permitiu uma dinâmica de espraiamento da cidade, muito ainda baseada no planejamento urbano voltado aos veículos. A figura 1 retrata o processo de transformação do rio Tietê a partir de sua retificação, bem como da construção das marginais e o processo de urbanização da cidade de São Paulo.

Figura 1: Mosaico das Etapas de Retificação do Rio Tietê (A: Mapeamento Sara Brasil (1930); B: Mapeamento Vasp Cruzeiro (1954); C: Publicação Vegetação (1988); D: Ortofoto PSMP RGB (2020))



Fonte: GEOSAMPA, 2022.

A transformação tanto do rio quanto da cidade ao longo de noventa anos de intensa urbanização e adensamento populacional permite verificar que as várzeas foram ocupadas, impermeabilizando o solo e fazendo com que surgissem os problemas de alagamentos. Áreas que, originalmente e naturalmente eram alagadas e não atingiam a população, uma vez que não tinha urbanização próxima às margens do rio, continuaram sofrendo as consequências da natureza durante os períodos chuvosos em busca da vazão pelo volume decorrente das cheias. A velocidade das intervenções de urbanização não conseguiu conter e solucionar essa questão e as consequências a partir dos anos 1960 e até recentemente, giram em torno da realização de sucessivos projetos de aprimoramento da drenagem para conter as enchentes (GORSKI, 2008).

Neste breve percurso sobre a transformação do rio Tietê, se destaca o pensamento de Kevin Lynch (2011, p. 1) de que “Nada é vivenciado em si mesmo, mas sempre em relação aos seus arredores, às sequências de elementos que a ele conduzem, à lembrança de experiências passadas.” o que corrobora com o inconsciente coletivo de que o rio Tietê teve seu grande momento em épocas onde era próprio para banhos e atividades de esporte e lazer, mas infelizmente essa realidade mudou afastando a sua natureza do contato humano.

Por fim, considera-se como objeto para o presente estudo, a extensão do rio Tietê desde a região do Jardim Pantanal até sua ligação com o Rio Pinheiros, ou seja, trata-se da porção urbana do rio na cidade de São Paulo, com um pequeno trecho na divisa com a cidade de Guarulhos, totalizando cerca de 30 quilômetros.

O Rio esquecido pela legislação

Entende-se que o Rio Tietê como elemento que atravessa o Estado de São Paulo tenha legislação pertinente estadual, e conforme aponta Tripoloni (2008, p.46) “A Constituição Federal de 1988 delega aos estados a instituição de legislação e o sistema de gerenciamento de recursos hídricos que se encontram totalmente em seus domínios.”. Ao se analisar as legislações vigentes tanto estaduais quanto municipais relacionadas ao planejamento urbano, se pretende verificar objetivos e diretrizes voltadas à recuperação do Tietê e da sua relação com os paulistanos.

No âmbito estadual, o Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia do Alto Tietê³ - PDMAT, publicado em 2014, apresenta propostas de intervenções como drenagem, escoamento e controle de enchentes, o que configura grandes projetos da engenharia de forma a conter as águas das chuvas, mas em nenhum momento é possível verificar as soluções desenhadas de forma a criar uma aproximação ou conexão direta da população ao rio. O mesmo acontece no âmbito municipal, com o Plano Diretor de Drenagem - PDD, publicado em 2022, que prevê apenas a implantação de reservatórios para o controle das cheias.

Ao se focar no trecho urbano da cidade de São Paulo, se recorreu à parte das leis que compõe o Marco Regulatório⁴ para verificar a existência de proposições de recuperação do rio, como planos, projetos, programas ou políticas públicas.

No Plano Diretor Estratégico, de 2014, se buscou a aparição da palavra Tietê de forma a uma busca rápida. O termo aparece apenas nove vezes⁵, mas em nenhuma como proposta de intervenção concreta no rio, apenas em suas marginais e em diretriz para construção de pontes sobre o seu leito. Entretanto, cabe ressaltar a intenção do PDE em mitigar os problemas decorrentes da mudança climática, fato que poderia apontar uma intervenção mais concreta de recuperação do rio para os cidadãos, tal como apontam Apollaro e Alvim (2017, p. 132):

(...) considera-se que o plano diretor em questão apresenta uma abordagem sobre a redução das vulnerabilidades sócio-climáticas e contribuição para a adaptação urbana e ampliação da resiliência, tanto de maneira direta como indireta. Muitas das orientações constantes no instrumento não explicitam a questão climática, porém contribuem positivamente para adaptar e minimizar os efeitos do fenômeno sobre a cidade, sua população e o meio ambiente.

Já nos Cadernos de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras, mais especificamente das Macrorregiões Norte 2 e Leste 1, e da Subprefeitura da Lapa, o termo Tietê aparece em diversos momentos, novamente em partes de levantamento, caracterização e diagnóstico, no entanto, há algumas proposições de intervenção ao longo do rio, divididas em duas vertentes; a primeira sempre relacionada à estudos de viabilidade de construção de pontes de travessia para veículos sobre pneus e a segunda relacionada à espera de soluções para problemas de drenagem e melhoramentos ambientais, mas que serão realizadas conforme as diretrizes, ainda não estipuladas do PIU Arco Tietê. Sendo assim, não foram encontrados objetivos ou diretrizes específicos de intervenção no rio ou nas suas margens que tenham como foco a aproximação e utilização de suas águas pela população.

³ O PDMAT é um instrumento estratégico voltado ao controle de enchentes na Região metropolitana de São Paulo com abordagem interdisciplinar dos problemas de inundações e fundamentado na valorização e restauração do meio ambiente. Fonte: PDMAT, 2014.

⁴ O Marco Regulatório do município de São Paulo é composto por instrumentos de planejamento urbano que visam organizar os espaços da cidade e torná-la um lugar mais agradável de se viver. Esses instrumentos definem as regras para usarmos, desenharmos e ocuparmos os espaços da cidade de modo a garantir, por exemplo, moradias perto dos empregos, serviços e equipamentos urbanos, bons espaços públicos, preservação do meio ambiente, moradia adequada e transporte coletivo de boa qualidade. As legislações que compõem o marco regulatório são: Plano Diretor Estratégico (PDE); Planos Regionais; Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS) e Código de obras e edificações (COE), sendo estes últimos verificados, mas descartados por não ter relação direta com a discussão proposta. Fonte: GESTÃO URBANA, 2022.

⁵ No PDE, a palavra Tietê aparece nos artigos 11, 12, 76 (em dois momentos), 137, 177, 207, 229 e 241.

Previsto no Plano Diretor Estratégico de 2014, o Projeto de Intervenção Urbana - PIU Arco Tietê, que tem como um de seus objetivos a regeneração ambiental do rio por meio do estímulo de ações para recuperação da planície fluvial (GESTÃO URBANA, 2020), ainda está em elaboração pela São Paulo Urbanismo e, portanto, não foi considerado, uma vez que não está finalizado.

No Plano de Ação Climática do Município de São Paulo, o PlanClima SP, elaborado pela Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente e pela rede global de cidades C40⁶, a palavra Tietê aparece onze vezes⁷, contudo, apenas para levantamento, caracterização e diagnóstico da atual situação e de como o rio pode provocar enchentes e de como suas águas podem ser utilizadas para abastecimento. Dessa forma, percebe-se que o diagnóstico é feito a partir das considerações sobre as atividades antrópicas, sem a proposição de alguma intervenção para o Rio Tietê em si.

Conforme as legislações analisadas e apresentadas neste trabalho, verifica-se que nenhuma promove planos, programas ou projetos que priorizem uma transformação do rio em busca de sua conexão com possíveis usuários.

Ações para um Futuro

Na tentativa de se buscar um futuro sustentável e promover uma relação do rio Tietê com a cidade e com os cidadãos, é primordial a mudança das diretrizes do planejamento urbano e do pensamento cultural das pessoas em relação ao rio.

A arquiteta e urbanista italiana Paola Viganò (2021), em entrevista à Folha de São Paulo, ressalta que o planejamento urbano na atualidade deve ser focado na renaturalização e na transição socioecológica, apoiado em um novo paradigma cultural. Entende-se, dessa maneira, que não bastam apenas ações de projeto, mas uma mudança de cultura e, portanto, pensamento e posicionamento da população, tanto dos agentes ativos da requalificação das cidades quanto dos que vão desfrutar das transformações. Viganò ainda ressalta que a requalificação do espaço deve ser "(...) um processo de metamorfose em vez de substituição radical, minimizando o consumo de energia e maximizando a reutilização. O que existe nos lugares é a maior parte do que será a cidade do futuro." (VIGANÒ, 2021).

Em adição à uma transição Socioecológica, propõe-se ainda uma transição imagética e identitária com o objetivo de melhorar as relações rio-cidade-cidadão.

Saraiva et al (2021) ao desenvolver suas pesquisas sobre Paisagem e Identidade, em Portugal, ressalta a importância de se apontar características identitárias, não só para criar um sentido de pertencimento à população, mas sobretudo para fundamentar ações de marketing que promovam atração de turistas e o desenvolvimento local, em termos econômicos e sociais.

Transição Socioecológica

A transição socioecológica que Viganò defende pode ser uma das formas de se atingir o objetivo de intervenções que aproximem o rio Tietê e o cidadão. A partir da integração dos conhecimentos das ciências naturais, sociais, culturais, econômicas e ambientais, os "sistemas socioecológicos" pretendem mitigar as ações antrópicas (OBSERVATÓRIO LA RÁBIDA, 2021). Seria interessante uma proposta com visão holística de forma a garantir não só essa almejada relação, mas também a capacidade do rio frente à mudança climática. Neste contexto de mudança climática, Apollaro e Alvim (2017, p. 130) apontam que

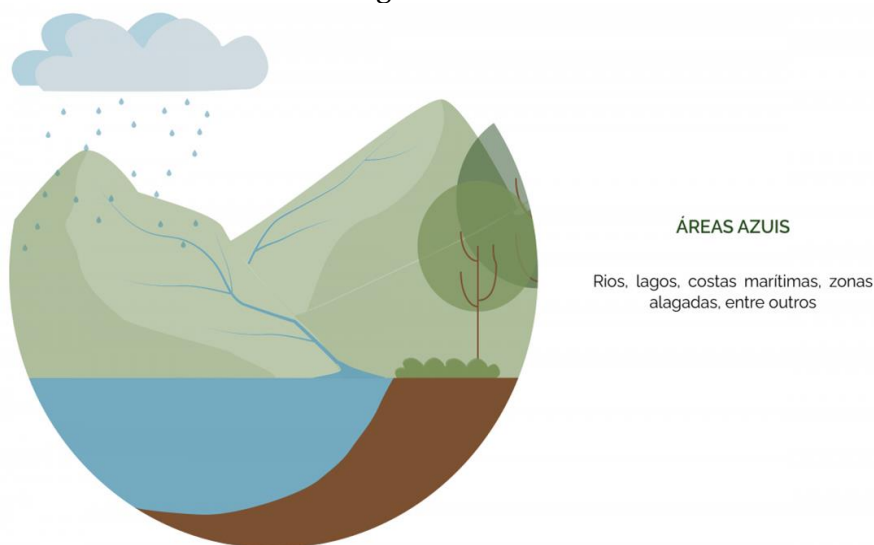
⁶ "C40 é uma rede global de quase 100 prefeitos das principais cidades do mundo que estão unidos em ação para enfrentar a crise climática." (C40 CITIES)

⁷ As páginas do PanClima SP em que aparecem a palavra Tietê são as seguintes (em ordem crescente): 26; 42 (em dois momentos); 44; 52; 64; 67; 70 (em dois momentos e ambos em notas de rodapé) e 321 (nas referências bibliográficas).

a resiliência pode ser entendida como uma forma de abordagem que integra a perspectiva de organizar e direcionar ações, levando em conta o dinamismo e a não linearidade das mudanças ocorridas em um determinado sistema socioecológico, somando-se ainda as incertezas envolvidas nos futuros cenários climáticos.

Ao mesmo tempo, busca-se aliar duas outras vertentes ao projeto de requalificação do rio, sendo as Soluções baseadas na Natureza - SbN e a reconstrução da paisagem. Mesmo que a renaturalização do rio Tietê, em partes, seja de difícil execução, algumas propostas poderiam ser elaboradas e incorporadas em planos para a cidade, em especial em trechos ao longo das marginais que ainda possuem amplos espaços não construídos, como é o caso de estacionamentos de grandes lojas de material de construção. As Soluções baseadas na Natureza “tem o potencial de mitigar os impactos da mudança climática, aumentar a biodiversidade e melhorar a qualidade dos serviços ambientais, e ainda buscam o equilíbrio do meio com as atividades econômicas e bem estar social” (GIPSBN, 2022). Uma dessas SbN que poderia ser utilizada para melhoria do rio Tietê é a proposição de lagoas urbanas que armazenam água, bem como espelhos d’água e a inserção de vegetação nativa, ou seja, ações focadas na preservação das chamadas áreas azuis, que são aquelas que se referem a elementos aquáticos, como rios e lagos, no intuito de serem usados para ajudar a resolver problemas ambientais, urbanos ou a adaptação às mudanças climáticas, conforme ilustrado na Figura 2.

Figura 2: Áreas Azuis



Fonte: GIPSBN, 2022

Cabe ressaltar que no trecho estudado, o Parque Ecológico do Tietê, projeto do arquiteto e urbanista Ruy Ohtake e do paisagista Roberto Burle Marx, seguiu essas ações e se afirmou, conforme aponta Anelli (2015, p. 75), “como uma estratégia ambiental e paisagística de forte apelo visual e funcional para a população. Reconhecem-se nele as vantagens da presença do curso d’água na cidade, revertendo a cultura de apagamento através da canalização e cobertura.”.

Dessa forma, conforme aponta Tripoloni (2008) “Pode-se deduzir que a paisagem é resultante de um planejamento, associado a uma gestão. Quando há ausência de gestão, as intervenções aleatórias ou coordenadas transformam o ambiente natural dos rios.”. Sendo assim, percebe-se que a reconstrução da paisagem é viável e, embora onerosa, há meios para que políticas públicas consigam alcançar projetos urbanos eficientes e sustentáveis.

Transição Imagética e Identitária

Em qualquer lugar do mundo, as pessoas buscam atividades de lazer ao aberto em locais próximos às águas. Casos como o rio Isar, em Munique, ou mesmo o rio Sena, em Paris e o Tâmesa, em Londres, que são exemplos de rios canalizados em trecho urbano, têm relação com a paisagem e são próximos ao contato humano. São Paulo é uma das poucas metrópoles em que a população luta por espaços de lazer confinados entre arranha-céus, tal como o caso do Parque Augusta. É fato que o parque em questão é vitória da sociedade civil organizada, entretanto coloca-se a questão de até quando os paulistanos que possuem ampla capacidade de organização e estruturação de projetos irão cuidar de seus rios em busca de transformá-los em espaços de lazer novamente? Quando vão recuperar a imagem de uma cidade que preserva a sua natureza?

Kevin Lynch (2011, p. 7) ao defender que “As imagens ambientais são o resultado de um processo bilateral entre o observador e seu ambiente” e que “(..) a imagem de uma determinada realidade pode variar significativamente entre observadores diferentes.” reitera a necessidade de se estabelecer nova relação entre o observador e o seu ambiente, de forma a recuperar a imagem da cidade em busca de preservação ambiental, mas para além disto, da qualidade de vida de seus cidadãos.

Essa relação pode ir ao encontro do que defende Viganó (2021) da ideia de coexistência como

base para uma reflexão sobre resiliência, que é um tipo de educação para viver com riscos e a multiplicidade de pessoas. Esse tipo de flexibilidade passa pela ideia de aceitar o outro, seja qual for o outro: a água, as pessoas, os animais. Temos realmente que rever a ideia de como nos manter juntos.

Dessa forma, vislumbra-se que um rio limpo e que se comunica com seus usuários é uma possível diretriz para a construção de uma cidade que objetiva ser mais inclusiva e sustentável em todo o seu processo de planejamento urbano, ambiental e social. A Figura 3 mostra o rio Tietê entre duas situações, a primeira do rio Isar, em Munique, que foi, em partes, renaturalizado em busca de maior contato entre rio e cidadãos, já a outra situação é uma ilustração futurista e utópica em que a imagem revela uma intensa relação entre os atributos físicos, de mobilidade, ambiental, econômico e social de uma cidade com seus habitantes. O objetivo desta comparação é refletir entre os extremos e sobre a possibilidade de se encontrar um projeto de intervenção que busque para o rio Tietê o meio termo entre as situações apresentadas, vista a urbanização consolidada da cidade de São Paulo.

Figura 3: Mosaico do Rio Tietê entre a realidade do Rio Isar, em Munique, e a ilustração futurista de uma cidade sustentável



Fonte: A: LANG E PAULEIT, 2020; B: G1, 2019 e VIGANÒ, 2021 – Ilustração de Danilo Zamboni.

Associada à uma nova imagem do rio e da cidade, deve-se priorizar uma nova identidade, construída a partir da ligação dos habitantes com elementos de relevância e do meio social, físico e ambiental que compõem o espaço urbano (SARAIVA et al, 2017). Para além disto, a “identidade associada ao território é hoje uma questão chave no desenvolvimento regional e local. Trata-se de uma construção social que se estrutura, de um modo dinâmico, na articulação entre as comunidades e o território onde se inscrevem.” (SARAIVA et al, 2021). Recuperar o contato humano com as águas do rio Tietê, bem como suas margens, daria o sentimento de pertencimento à comunidade paulistana. Ação essa que seria de ajuda mútua, ou seja, um rio que dá água, auxilia na melhoria ambiental e ainda permite atividades de lazer e esporte receberia de volta o respeito e o cuidado da população que o desfruta. Tal como aponta Viganò (2021) “A racionalidade da água na cidade tem que ser entendida, não só como um elemento funcional que você pode redefinir como quiser, mas como um sujeito que está trazendo seu próprio modo de pensar e seu próprio comportamento.” (VIGANÓ, 2021).

Considerações Finais

A reflexão proposta neste artigo, ainda que de forma breve e limitada, indica a necessidade da ampla discussão acerca da relação do rio Tietê para com a cidade e os seus habitantes.

Há de ser feito um debate maduro e consciente sobre os impactos ambientais, socioeconômicos e culturais que permeiam as decisões de políticas públicas, dentre elas cabe destacar sobre o possibilidade da finalização do rodoanel Mário Covas, diminuindo assim a passagem de veículos sobre pneus nas marginais do rio Tietê, o que poderia diminuir o tráfego e por consequência permitir soluções de mitigação de enchentes em espaços ao longo do trecho urbano do rio. Para além disso, ações como o pagamento de pedágios, a ampliação do rodízio de veículos, alternativas às vias marginais, entre outros, poderiam corroborar para uma ocupação das margens do Tietê que priorizem a relação com os cidadãos.

Para além disto, há de se pensar um planejamento urbano fundamentado em discussões multidisciplinares, tendo atuação de profissionais especializados em meio ambiente, em especial nas soluções baseadas na natureza, e também da comunicação e cultura para a garantia de uma transição imagética e identitária, conforme defendido anteriormente. Nesse

sentido, cabe ainda apontar que as legislações pertinentes aos cuidados e intervenções com o rio, poderiam ser mais propositivas no que concerne à preservação e à aproximação das águas aos paulistanos.

Por fim, por mais que pareça impossível, ingênuo e uma realidade distante da atual, é de suma importância, por questões não só culturais, mas principalmente como ação de combate à mudança climática, pensar no rio Tietê como “a praia dos paulistanos”, em busca de transformar o rio em um dos elementos estruturantes de uma relação de pertencimento da população para com a cidade de São Paulo.

Referências

ANELLI, Renato Luiz Sobral. Uma nova cidade para as águas urbanas. **Estudos Avançados**. São Paulo. Volume 29, Número 84, ago. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/gShfN6d3jcT7xvPB9YHQ7Xv/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 30 nov. 2022

ANELLI, Renato Luiz Sobral. Redes de mobilidade e urbanismo em São Paulo. Das radiais/perimetrais do Plano de Avenidas à malha direcional PUB. **Arquitextos**. Ano 07, mar. 2007. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.082/259>. Acesso em: 06 set. 2022.

APPOLARO, Camila; ALVIM, Angélica Benatti. **Planejamento urbano para a adaptação de cidades frente à mudança climática – Uma análise sobre o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo**. Thésis. Rio de Janeiro. V. 2, n. 4, p. 118-137, nov./dez. 2017.

C40 CITIES. **Sobre C40**. Disponível em: <https://www.c40.org/pt/about-c40/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

G1. **Dois únicos afluentes limpos do Rio Tietê ficam na cidade de São Paulo**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/09/20/dois-unicos-afluentes-limpos-do-rio-tiete-ficam-na-cidade-de-sao-paulo.ghtml>. Acesso em 30 nov. 2022.

GESTÃO URBANA. **PIU Arco Tietê**. 2020. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/piu-arco-tiete/>. Acesso em: 08 nov. 2022.

GESTÃO URBANA. **Planos Regionais**. 2016. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/QA-NORTE-1.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2022.

GIPSBN – Grupo de interação à pesquisa. **Soluções baseadas na natureza**. 2022. Disponível em: <https://sites.usp.br/gipsbn/solucoes-baseadas-na-natureza/>. Acesso em: 30 nov. 2022.

LANG, W.; PAULEIT, S. **Guidelines for climated-oriented communities in Bavaria**. Centre for Urban Ecology and Climate Adaptation/ Technical University of Munich. 2020.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. 3ª Edição, São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2011.

OBSERVATÓRIO LA RÁBIDA. **Inovação para o Desenvolvimento Sustentável na Ibero-América**. 2021. Disponível em: www.observatoriolarabida.com. Acesso em 29 nov. 2022

SÃO PAULO (Estado). **PDMAT – Plano Diretor de Macrodrenagem**. 2014. Disponível em: <http://www.daee.sp.gov.br/site/macrodrenagem/>. Acesso em: 08 dez. 2022

SÃO PAULO (Município). **Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo**: lei municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014.

SÃO PAULO (Município). **Plano de Ação Climática do Município de São Paulo – PlanClima SP**. 2021. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/PlanClimaSP_BaixaResolucao.pdf. Acesso em 15 nov. de 2022.

SÃO PAULO (Município). **PLANO DIRETOR DE DRENAGEM – PDD: plano de ações**. 2022. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/obras/cadernos_de_drenagem/FCTH_PDD.pdf. Acesso em 07 dez. 2022.

SARAIVA, M.G.; LOUPA-RAMOS, I. & BERNARDO, F. Avaliar paisagens e sua identidade. Observatório(s) como resposta metodológica? In Pedro Fidalgo (Coord.) **Estudos de Paisagem, Vol-III**. 2017. (p. 276-293). Lisboa: Instituto de História Contemporânea da F.C.S.H. - Universidade Nova de Lisboa. ISBN- 978-972-96844-8-7.

SARAIVA, M. da G., LAVRADOR-SILVA, A., & RAMOS, I. L. **A Charneca do Ribatejo – paisagem e identidade**. 2021. Perspetivas a partir do Observatório da Paisagem da Charneca. Finisterra, 56(117), 81–106.

SUDJIC, Deyan. **A linguagem das cidades**. Osasco, SP: Gustavo Gili, 2019. 255 p.

TRIPOLONI, Paulo José. **Planos e projetos para o rio Tietê na cidade de São Paulo, 1988-2002: de uma visão setorial a uma visão integrada**. 2008. 269 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

VIGANÒ, Paolo. Cidades podem reconstruir a natureza, afirma urbanista italiana. [Entrevista cedida a] Eduardo Sombini. **Folha de São Paulo - Ilustríssima**, São Paulo, ago. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/08/cidades-podemreconstruir-a-natureza-afirma-urbanista-italiana.shtml>. Acesso em 24 nov. 2022.

Recebido em: 13/03/2024.
Aprovado para publicação em: 30/06/2024.